



## Procuradores criam blog de apoio à indicação de Toffoli para o STF

Procuradores do Estado e advogados públicos criaram um [blog](#) em defesa da indicação do advogado-geral da União José Antônio Dias Toffoli para ministro do Supremo Tribunal Federal. Para o presidente da Anape (Associação Nacional dos Procuradores de Estado), Ronald Bicca, está em andamento “uma campanha sórdida na tentativa de desmoralizá-lo”. Ele diz: “Conhecemos seu trabalho e não concordamos com a tentativa de execrá-lo”.

Além da Anape, já postaram mensagens de apoio a Toffoli a Ajufe (Associação dos Juízes Federais), a ADPF (Associação dos Delegados da Polícia Federal), a Unafe (União da Advocacia Pública Federal), o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, o Foancate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) e a APCF (Associação nacional dos Peritos Criminais Federais).

Na última quarta-feira (16/9), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou mensagem ao Senado indicando o nome de Toffoli para ocupar a vaga no Supremo, aberta com a morte no último dia 1º de setembro do ministro Carlos Alberto Menezes Direito. O Senado começa o processo de avaliação da indicação, nesta quarta-feira (23/9), quando o relator da proposta, senador Francisco Dornelles (PP-RJ) apresenta o seu relatório perante a Comissão de Constituição e Justiça. A inquirição do candidato pelos senador da CCJ deve acontecer na quarta-feira da semana que vem (30/9).

Nesta terça-feira (22/9), o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, enviou [ofício](#) ao presidente Lula, felicitando-o pelo acerto da escolha e pela indicação de um nome da advocacia. No ofício, Britto refuta a idéia de que Toffoli estaria menos preparado para julgar por só ter experiência na advocacia: “Mais que qualquer outra área desse vasto e complexo universo, a advocacia propicia a aquisição de ampla e profunda experiência, no trato direto com os dramas e complexidades da existência humana”, diz o presidente da OAB.

### Título e saber

Ao lado de manifestações de apoio à indicação também passaram a circular informações suspostamente desabonadoras contra o ministro. Lembrou-se que Toffoli foi reprovado nas duas vezes em que prestou concurso de ingresso à magistratura; que ele não tem títulos acadêmicos de doutor e mestre; e finalmente que ele sofreu duas condenações em primeira instância — ambas proferidas nos últimos dias e ambas igualmente tornada sem efeito por falhas processuais — por supostas irregularidades em contratos firmados entre o escritório de advocacia em que é sócio e o governo do estado do Amapá.

O advogado criminalista Arnaldo Malheiros Filho rebateu as imputações feitas ao advogado-geral da União. “É um verdadeiro absurdo dizer que a anulação judicial de um contrato por supostos erros da Administração arranhe a reputação de um advogado”, diz ele. Malheiros considera também uma insensatez a idéia de que quem não tem mestrado e doutorado não tem notável saber jurídico. “Ora, o saber jurídico não vem só de uma carreira acadêmica; vem também da prática das profissões legais (advocacia, promotoria, magistratura), de leituras e reflexões. Vários ministros do STF, de hoje e de outrora, ostentaram grandioso saber jurídico sem ter mestrado e doutorado”.

Na atual composição do Supremo, o ministro Celso de Mello, admirado por seu notório saber jurídico, é



um dos que não tem título de pós-graduação. Basta-lhe o título de bacharel em Direito pela USP. Quando chegou ao Supremo, contudo, o procurador de Justiça paulista Celso de Mello era autor do livro *A Constituição Federal Anotada*.

Com primeira edição de 1984, quatro anos antes da promulgação da carta atual, a obra é referência na matéria e continua sendo citada por juristas do mais alto nível como Celso Bastos, Ives Gandra Martins, José Cretella Júnior, Alexandre Moraes e Luís Roberto Barroso. Costuma-se dizer que cada voto de Celso de Mello é uma tese acadêmica, o que faz com que ele seja um dos autores mais citados em petições, votos e sentenças pelo país afora. E não só no país. Uma simples busca com o seu nome no site da *amazon.com* revela que as decisões do ministro são largamente citadas por autores estrangeiros e pelo prestigiado *The Oxford Handbook of Comparative Law*.

Segundo o [Anuário da Justiça 2009](#), a ministra Ellen Grace não é mestre nem doutora, mas é jurista residente pela Law Library do Congresso dos Estados Unidos e foi bolsista da Fundação Fullbright, vinculada a American University, de Washington. Já o ministro Marco Aurélio, que tomou posse no Supremo em junho de 1990, só concluiu o mestrado em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1991.

Clique [aqui](#) para acessar o blog

Clique [aqui](#) para ler o ofício da OAB

**Date Created**

22/09/2009